

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1811723 - SP (2019/0121398-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : JOSE LUIZ BORTOLOSSI
ADVOGADO : ISIDORO PEDRO AVI - SP140426
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. SOBRESTAMENTO. REJEIÇÃO. AUXÍLIO-ACIDENTE E APOSENTADORIA. CONCESSÃO APÓS O ADVENTO DA LEI N. 9.528/1997. CUMULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Rejeitada a preliminar de sobrestamento do feito em razão do RE n. 687.813/RS, submetido a repercussão geral, pois se trata de tema diverso.

2. No julgamento do Recurso Especial Repetitivo n. 1.296.673/MG, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento de ser possível a cumulação de auxílio-acidente com aposentadoria, desde que a eclosão da lesão incapacitante e a concessão da aposentadoria tenham ocorrido antes de 11/11/1997, data de edição da Medida Provisória n. 1.596-14/97, posteriormente convertida na Lei n. 9.528/1997.

3. Hipótese em que o acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* consignou que a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição se deu em data posterior à edição da Lei n. 9.528/1997, sendo, portanto, vedada a sua percepção conjunta, nos termos da Súmula 507 desta Corte.

4. Agravo interno desprovido, com aplicação da multa do art. 1.021, §§ 4º e 5º, do CPC de 2015.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, com aplicação de multa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 11 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator